



O ENSINO DE RELAÇÕES RACIAIS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA ÁREA PÚBLICA NO BRASIL

J. P. M. C.¹
A. C. R. S.²
K. A. A.³
A. R. A. M.⁴

RESUMO

O racismo está enraizado na história brasileira e influencia, em grande medida, na desigualdade social que atinge a população negra, razão pela qual é relevante discutir e promover ações antirracistas e de promoção da história e cultura da população negra. O ensino da temática das Relações Raciais é um importante instrumento para estimular essas ações, principalmente no âmbito dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), que são comprometidos com a produção intelectual atrelada ao bem-estar da sociedade, à inclusão social, e ao bem econômico e cultural de toda a população (Brasil, 2017). Nesse sentido, o presente artigo analisa se e como ocorre o ensino de Relações Raciais nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* da área pública no Brasil. Para tanto, realizou-se pesquisa documental, cujos dados foram sistematizados e analisados por meio de estatística-descritiva. Conclui-se que, considerando a estratégia de pesquisa utilizada, a maioria dos PPGs que abordam a temática racial direta e/ou indiretamente em suas disciplinas está intimamente ligada às políticas públicas, enquanto o debate é secundarizado na maioria dos PPGs de Administração e Gestão Pública. Ademais, há uma tendência da não obrigatoriedade curricular das disciplinas que fazem referência direta à discussão racial.

Palavras-chave: Relações Raciais; Pós-Graduação *Strictu Sensu*; Área Pública; Ensino.

INTRODUÇÃO

Os últimos séculos caracterizaram-se por mudanças amplas e profundas nos padrões vigentes na sociedade em seus mais diversos setores, no entanto, a cor da pele ainda continua sendo um fator determinante no acesso às condições básicas de sobrevivência, em razão de um racismo instituído que insiste em permanecer mesmo diante de inúmeras lutas e da inegável contribuição da população negra para a formação da identidade nacional. Nesse sentido, torna-se imprescindível discutir ações específicas que valorizem as vidas negras.

Assumindo que o Estado é o principal responsável pela melhoria da situação da população negra, através da elaboração de estratégias e ampliação dos programas e políticas públicas visando à igualdade racial, acredita-se que a inserção da pauta Relações Raciais na educação e formação dos profissionais da área pública, seria uma forma de contribuir tanto para a valorização da história afro-brasileira, quanto para construção de benefícios, serviços e oportunidades iguais, aos distintos grupos raciais.

¹ Mestrando em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas-MG, joapedromoreiracosta@yahoo.com.br

² Mestranda em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas-MG, anaclribeiros@gmail.com.

³ Mestranda em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas-MG, klaique@hotmail.com.

⁴ Professor orientador: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras, adilioadm@yahoo.com.br.



Assim, considerando que a educação é capaz de promover uma sociedade mais igualitária e integrada, vale mencionar ações já existentes, como a promulgação da Lei 10.639 de 2003 que determina a inserção do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira nas escolas particulares e públicas, no currículo oficial dos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2003), bem como a Resolução nº 01/2004 e o Parecer nº 03/2004, que instauraram a obrigatoriedade desses estudos também no ensino superior (BRASIL, 2004a; 2004b).

Tais documentos determinam diretrizes que devem ser observadas pelas instituições de ensino, principalmente aquelas relacionadas à formação inicial ou continuada de professores, a fim de fortalecer o tratamento positivo das Relações Raciais na educação brasileira. Especificamente sobre a área pública, objeto desta pesquisa, no contexto da graduação, há o Parecer nº 01, de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação de públicas no Brasil, orientando que suas estruturas curriculares sejam permeadas pelas diversidades existentes no país – já que a compreensão da realidade transforma valores e comportamentos – de modo que os profissionais sejam capazes de “reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público” (BRASIL, 2014).

No contexto da pós-graduação, há a Resolução nº 7 de dezembro de 2017 do Ministério da Educação, que, mesmo sem menção específica a termos ligados à questão racial, estimula e viabiliza a discussão ao afirmar que os cursos de mestrado e doutorado “são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e das suas interfaces com o bem econômico, inclusão social e bem-estar da sociedade” (BRASIL, 2017), contribuindo para a construção de um cenário ideal para formação de alunos, pesquisadores, mestres, doutores e servidores públicos como verdadeiros agentes de mudança da realidade social.

Todavia, ainda que louvável o panorama de esforços e conquistas das últimas décadas na discussão das relações étnico-raciais no país, estudos mostram que o tema é pouco explorado ou inexistente nas estruturas curriculares dos cursos universitários (CARVALHO, 2018), evidenciando o longo caminho a ser percorrido na formação acadêmica ou especializada no debate e enfrentamento das questões raciais.

Tudo isso nos faz concluir que é necessária a mobilização de esforços para a introdução da temática Relações Raciais nos cursos de graduação e pós-graduação da área pública no Brasil, a fim de auxiliar na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas e diretrizes governamentais de promoção da igualdade racial.



Por esse motivo, diante da relevância do estudo e pesquisa das Relações Raciais no combate ao racismo, este artigo objetiva analisar se e como ocorre o ensino de Relações Raciais nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* da área pública no Brasil.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa descritiva, sendo a coleta de dados realizada através da pesquisa documental, tendo como principal objeto as ementas disciplinares dos PPGs *strictu sensu* da área pública no Brasil.

Uma pesquisa inicial foi realizada na Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Governo Federal, na seção de “dados cadastrais do programa”. Os termos buscados, individualmente, no campo “Programas” da Plataforma foram “Administração Pública”, “Gestão Pública”, “Políticas Públicas” e “Gestão Social”, que, através do filtro “em funcionamento”, trouxeram o resultado total de 84 programas em atividade. Tais termos foram utilizados tendo como norte os cursos do movimento Campo de Públicas que, embora seja no contexto da graduação, poderia contribuir para o estudo na pós-graduação. Portanto, entendeu-se que a adoção desses termos poderia fornecer os programas de pós-graduação que teriam relação com a área pública. Nesse sentido, nesta pesquisa, estamos utilizando o termo “área pública” para caracterizar os cursos de pós-graduação *strictu sensu* que, em suas nomenclaturas, contém algum dos termos buscados na Plataforma Sucupira, citados anteriormente.

Após essa fase, seguiu-se na identificação de todos os programas anteriormente elencados pela Plataforma Sucupira, o acesso aos sítios eletrônicos de cada IES, bem como a verificação de suas páginas virtuais internas dedicadas ao seu(s) respectivo(s) programa(s) de pós-graduação nas áreas de interesse da pesquisa. Com isso, iniciou-se uma busca pelas estruturas curriculares mais recentes dos cursos, e, em seguida, pelos ementários de cada disciplina ofertada por eles. Aquelas matrizes curriculares e ementas não encontradas ou que não eram disponibilizadas publicamente nas páginas das instituições foram solicitadas via e-mail ou através da página de contatos institucionais, quando havia. Dos 84 resultados de programas de pós-graduação em funcionamento elencados pela Plataforma Sucupira, dois não foram encontrados e apenas 36 contavam com as informações necessárias em suas páginas virtuais, o que demandou contato com os 46 programas de pós-graduação restantes, através de suas secretarias ou coordenações, via e-mail ou página institucional de contato. Dos 46 contatados, 20 responderam, um deles informando a inexistência do curso apontado na Plataforma. Com isso, a amostra foi ampliada para 55 programas de pós-graduação.



Unidades de análise foram utilizadas para classificar o ensino de relações raciais segundo abordagem “direta” e “indireta” relacionada ao tema. Para esse fim, alguns termos foram previamente determinados como abordagem direta à temática racial, a saber: “relações raciais”, “racismo”, “raça”, “negros”, “indígenas”, “preconceito racial”, “discriminação racial”, “desigualdade racial”, “igualdade racial” e “diversidade racial” e outros foram identificados durante a coleta e análise dos dados, como: “povos originários”, “intolerância étnica”, “pensamento racializado”, “diáspora africana”, “quilombolas”, entre outros. Em relação à abordagem indireta, os termos predeterminados foram: “minorias”, “desigualdades sociais”, “colonização brasileira”, “cultura brasileira”, “ações afirmativas” e “cotas”, não havendo a inserção de outros termos durante a coleta dos dados.

Além dos termos presentes nas ementas, foi possível destacar os dados também referentes à categoria das IES (públicas ou privadas); à região do país onde estão localizadas; ao nível do curso ofertado (mestrado ou doutorado); ao tipo de programa de pós-graduação (acadêmico ou profissional) e área de concentração da CAPES; e, finalmente, aos tipos de disciplinas que fazem menção direta ou indireta às relações raciais (obrigatória, eletiva, optativa, etc.).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas primeiras décadas do século XX foi construída no país uma ideologia falaciosa em torno da convivência racial harmônica (FERNANDES, 1972), o que acabou gerando uma ideia de que o Brasil seria um exemplo de harmonia racial. No entanto, após ser estudado cientificamente na década de 1950, por meio de uma pesquisa realizada por Florestan Fernandes, Roger Bastide e outros pesquisadores, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a ideia de democracia racial foi refutada, pois se verificou que, por trás das gritantes desigualdades sociais entre brancos e negros, predominava a existência do racismo e preconceito racial (MAIO, 1999).

Cabe pontuar que a noção em torno da convivência racial harmônica esteve e está incutida na mente de parcela da população brasileira, contribuindo para o negacionismo do racismo, protelando o reconhecimento da identidade e cultura negra de forma plena, e adiando a promoção da diversidade étnico-racial por meio de políticas públicas (THEODORO, 2008).

Não obstante, a partir da década de 1930, movimentos negros foram sendo fortalecidos, na tentativa de trazer conscientização à população em torno do racismo existente e na luta pelos direitos iguais (DOMINGUES, 2008). Mais tarde, conforme Conceição (2018),



na década de 1970, há um marco na luta da população negra, quando discussões pautadas pela ótica sociológica deram força aos movimentos negros que reivindicaram políticas públicas corretivas das injustiças sociais, reacendendo a discussão racial também no seio acadêmico.

Após a promulgação da Constituição Democrática de 1988, vale mencionar o reconhecimento pioneiro, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, da existência do racismo no país, a partir de quando a efetivação de medidas antirracistas passaram a ocorrer. Segundo Paiva (2015), na década de 2000, relevante avanço no que tange à democratização de acesso ao ensino superior à população negra ocorreu por meio do sistema de cotas, dez anos depois, foi sancionada a Lei 12.711, que garantiu a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Contudo, a igualdade educacional entre pretos e brancos ainda é desproporcional, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a taxa de analfabetismo entre os pretos é quase três vezes maior do que a taxa de analfabetismo entre os brancos (IBGE, 2019) o que reflete no número inferior de negros no Ensino Superior, em que 41,81% dos alunos são brancos, contra 6,99% de negros e 28,83% de pardos (INEP, 2018).

Assim sendo, esses dados demonstram que a população negra ainda necessita da intensificação das medidas antirracistas para inclusão social, educacional e econômica, bem como que medidas fortalecedoras do reconhecimento da cultura e identidade da população negra sejam reforçadas até que haja a superação das diversas nuances desse panorama das Relações Raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Programas de Pós-Graduação da área pública e o debate racial: características e carências

A pesquisa na Plataforma Sucupira resultou em uma ampla gama de áreas do conhecimento. Embora 21 dos 55 PPGs que compõem a amostra da pesquisa estejam de fato inseridos na Área CAPES de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, a amostra também contou com PPGs vinculados às áreas Interdisciplinar, Ciência Política e Relações Internacionais, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Direito, Educação, Serviço Social, Economia, Psicologia e Saúde Coletiva, conforme tabela 1.

Tabela 1: Programas de Pós Graduação conforme Área CAPES e referência à questão racial, direta ou indiretamente à questão racial em suas disciplinas, conforme Área CAPES

Área CAPES	Frequência	%	Referência direta ou indireta à questão racial	%
Administração Pública, de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	21	38,18%	4	14,28%
Interdisciplinar	12	21,81%	9	32,14%
Ciência Política e Relações Internacionais	9	16,36%	8	28,57%
Planejamento Urbano e Regional/Demografia	4	7,27%	2	7,14%
Direito	2	3,63%	----	----
Educação	2	3,63%	1	3,57%
Serviço Social	2	3,63%	2	7,14%
Economia	1	1,81%	1	3,57%
Psicologia	1	1,81%	1	3,57%
Saúde Coletiva	1	1,81%	----	----
TOTAL	55	100,00%	28	100%

Fonte: dados da pesquisa

Quanto à referência direta ou indireta à questão racial, nota-se sensível queda na frequência dos cursos da Área CAPES de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, que passa de 21 – quando considerada a amostra total – para apenas quatro, quando o recorte é realizado, o que configura uma diminuição de mais de 80%. Esses dados sugerem um caminho parecido àqueles apontados por Conceição (2009) e Rosa (2014), sobre a omissão da discussão racial na área de Estudos Organizacionais da Administração, além de corroborar com os resultados de Silva (2016), que já indicavam a negligência e a importância secundária da categoria raça nos cursos de Administração Pública.

Em relação aos PPGs das demais Áreas CAPES envolvidas na pesquisa, a queda é menor após o recorte, como a área Interdisciplinar, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Ciência Política e Relações Internacionais; Educação e Serviço Social. Economia e Psicologia não sofrem alterações.

Pelo fato de a estratégia de busca pelos PPGs ter usado como principais filtros de pesquisa os termos “Administração Pública”, “Gestão Pública”, “Políticas Públicas” e “Gestão Social”, e partindo do pressuposto de que essas nomenclaturas nem sempre estão relacionadas diretamente às Áreas CAPES desses respectivos programas, como é o caso dos PPGs que possuem o termo “Políticas Públicas” apontados na tabela 1, faz-se necessária uma análise a partir desse enfoque, o que possibilita algumas inferências a partir dos dados obtidos, como exhibe a Tabela 2.

Tabela 2: Programas de Pós Graduação que fazem referência direta e indireta à questão racial conforme termo presente na nomenclatura

Termo presente na nomenclatura do PPG	Frequência	Porcentagem
Administração Pública	1	3,57%
Gestão Pública	4	14,28%
Gestão Social	1	3,57%
Políticas Públicas	22	78,57%



TOTAL	28	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se observar que a maioria dos PPGs que abordam a temática racial direta e/ou indiretamente em suas disciplinas está intimamente ligada às políticas públicas, enquanto aqueles de Administração e Gestão Pública não configuram nem 20% do percentual total do recorte da amostra.

Seguindo com a análise dos dados por diferentes enfoques, observa-se que um número expressivo da amostra total pesquisada (27 PPGs) não possui disciplinas que fazem referência direta ou indireta às relações raciais. Dentro da amostra dos outros 28 PPGs que contam com disciplinas que mencionam direta e/ou indiretamente a temática racial em suas ementas, 11 abordam-na apenas indiretamente, seis apenas diretamente e os 11 restantes apresentam discussões diretas e indiretas em duas ou mais disciplinas.

Dentre esses 28 PPGs, dez (ou 35,71%) são profissionais e 18 (ou 64,28%) são acadêmicos, o que demonstra maior dedicação à temática racial daqueles PPGs da área pública que estão ligados à formação de professores universitários. De acordo com os dados obtidos na Plataforma Sucupira e sítios eletrônicos dos PPGs, 20 são em nível de Mestrado, um apenas de Doutorado e sete de Mestrado e Doutorado. Além disso, 24 (ou 85,71% do total) desses PPGs estão vinculados a universidades públicas, enquanto os outros quatro (ou 14,28%) pertencem a universidades privadas. Apesar da aparente discrepância nesse sentido, a amostra entre universidades públicas e privadas foi expressivamente diferente, considerando que 50 PPGs de universidades públicas foram analisados, enquanto apenas 05 PPGs de universidades privadas compuseram a amostra.

Aspectos das disciplinas relacionadas às Relações Raciais

Aqui, a análise parte para as disciplinas dos 28 PPGs que abordam as relações raciais direta ou indiretamente. O total de disciplinas foi de 56, onde 31 (55,35%) fazem referência indireta e as outras 25 (44,64%) mencionam termos diretamente relacionados ao estudo da temática racial em suas ementas. Esse total divide-se em disciplinas obrigatórias e eletivas/optativas, conforme enumerado abaixo:

Tabela 3: Quantidade de disciplinas que fazem referência direta ou indireta à questão racial conforme tipo

Tipo de disciplina	Frequência	Porcentagem
Obrigatória	11	19,64%
Eletiva/Optativa	37	66,07%
Não informado	8	14,29%
TOTAL	56	100,00%



Fonte: dados da pesquisa.

Apesar de parte dos sítios eletrônicos dos PPGs pesquisados não informarem se suas disciplinas são obrigatórias ou eletivas/optativas em suas grades curriculares, como apontou a Tabela 3, durante a coleta dos dados foi possível notar a prevalência de disciplinas eletivas ou optativas dentro do número total de disciplinas citado anteriormente, e, por conseguinte, a tendência da não obrigatoriedade curricular das disciplinas que fazem referência direta à discussão racial. Em termos quantitativos, das 25 encontradas, apenas seis são obrigatórias, o que permite inferir que para cursar uma disciplina que aborde diretamente a temática racial, na maioria dos PPGs da área pública, o discente deve possuir interesse pessoal prévio pelo debate, sendo considerado um tema com importância apenas complementar para a formação profissional do aluno.

Ainda em relação à obrigatoriedade das disciplinas que mencionam diretamente termos vinculados à temática racial, destacam-se alguns Programas, como: o PPG em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que, na disciplina “Cultura e Identidades”, debate a etnicidade como parte integrante da formação da identidade cultural brasileira; o PPG em Gestão Pública e Sociedade, da Universidade Federal de Alenas – UNIFAL, que, na disciplina “Relações Raciais”, atravessa a temática racial desde a colonização do Brasil, passando pela formação da sociedade brasileira até a construção da categoria raça e a desigualdade racial, bem como pelas ações afirmativas para seu enfrentamento; o PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, da UFPB, que, nas disciplinas “Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia na América Latina” e “Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais I” aborda as características identitárias e organizativas dos povos originários e a intolerância étnica na América Latina; e o PPG em Políticas Públicas em Direitos Humanos, da UFRJ, que, nas disciplinas “Estudos de Desigualdade e Cidadania” e “Estado, Política e Teoria de Direitos Humanos”, debate a categoria raça e suas desigualdades na América Latina, além de oferecer disciplinas eletivas que versam sobre o feminismo negro, a criminalização dos movimentos negros e a construção do pensamento racializado brasileiro, configurando-se como o PPG da área pública que oferta o maior número de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas que referem-se diretamente à questão racial em suas ementas curriculares, considerando os critérios de busca utilizados na pesquisa.

Partindo para a análise das ementas propriamente dita, importa mencionar que o número total de termos extrapola o número total de ementas que abordam a temática racial



direta ou indiretamente, pois algumas ementas contêm mais de um dos termos diretos ou indiretos previamente determinados. Diferentemente do que ocorre com os termos indiretos, em que não houve inserção de novos termos durante a análise, novas expressões diretas foram agregadas àquelas previamente estabelecidas. Por se tratar de uma quantidade significativa de novos termos (30), e para facilitar a visualização e quantificação dos mesmos, optou-se por separá-los em categorias, de acordo com suas semelhanças e relações semânticas e de sinonímia.

Ressalta-se que termos relacionados à mesma categoria podem ser mencionados mais de uma vez em uma mesma ementa, portanto, na maioria das oportunidades, a quantidade em que as expressões aparecem é superior ao número de ementas ligadas a cada categoria.

Tabela 4: Termos diretos e indiretos presentes nas ementas das disciplinas analisadas

Termos indiretos	Nº de ementas	Termos diretos	Nº de ementas	Presença dos termos diretos
Desigualdade/desigualdade social	23	Relacionados à “raça” (8)	12	16
Período/origem colonial	2	Relacionados à “escravidão” (5)	4	5
Minoria/grupos minoritários	6	Relacionados a “racismo” (6)	4	8
Políticas/ações afirmativas	3	Relacionados à “etnia” (6)	11	12
Exclusão social	2	Relacionados a “indígenas” (3)	5	5
Cultura brasileira	1	Relacionados a “negros” (7)	5	7
		Relacionados a “migrantes” (2)	1	2
FREQUÊNCIA	37 vezes			55 vezes

Fonte: dados da pesquisa

Sobre os termos indiretos, destaca-se a quantidade de disciplinas que debatem temas relacionados à “desigualdade” e “desigualdade social”, repetindo-se em 23 das 31 ementas com termos indiretos.

Das sete categorias elencadas, que compreendem um total de 37 termos que aparecem em uma ou mais das 25 ementas que abordam a temática racial diretamente, as expressões que mais se repetem estão ligadas à raça, são elas: questão racial (1), raça (9), desigualdade racial (1), igualdade racial (1), segregação racial (1), racialização (1), pensamento social racial (1) e pensamento racializado (1).

Há presença também significativa de expressões relacionadas à etnia, quais sejam: etnia (6), etnicidade (2), étnico (1), grupos étnicos (1), etnocentrismo (1) e conflitos étnicos (1); ao racismo: preconceito (2), racismo (2), discriminação racial (1), intolerância étnica (1), branqueamento (1) e mestiçagem (1); e a negros, que apesar de incorporar mais termos em sua categoria, aparece em menor quantidade nas ementas, são eles: feminismo negro (1),



identidade negra (1), movimento negro (1), visão intelectual negra (1), afrodescendentes (1), afro-brasileiros (1) e africanidade (1);

Finalmente, em quantidade inferior, surgem os termos relacionados a indígenas, a saber: povos originários (1), indígenas (3) e populações tradicionais (1); aqueles historicamente relacionados à escravidão: Atlântico Negro (1), Diáspora Africana (1), escravidão (1), escravocrata (1) e quilombola (1); e, por fim, à categoria de migrantes: refugiados (1) e migrantes (1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam a negligência da categoria raça nos debates disciplinares desses PPGs, principalmente aqueles da Administração e Gestão Pública. Esse caminho evidencia a necessidade de mudança das estruturas curriculares desses programas, que, muitas vezes, estão ligados a procedimentos mais técnicos e normativos da máquina pública e ignoram aspectos sociais e culturais importantes para a vida cotidiana de um profissional que, possivelmente, enfrentará, dentre outras mazelas sociais, a desigualdade racial e o racismo estrutural.

Tamanha ausência do debate nos PPGs da área pública possibilita inferir que a desigualdade racial não é entendida como um problema social importante e, tampouco, como uma imposição social e historicamente estruturada a ser mitigada pelos gestores públicos e por aqueles que lidam com a área e com os problemas públicos, indicando, de acordo com Almeida (2018), que nesses espaços de poder – onde se encaixa a universidade – ainda ocorre a replicação de normas e condutas do racismo institucional, o que implica numa naturalização da minimização ou até eliminação do debate sobre as desigualdades raciais nas instituições.

Desse modo, é inadiável o engajamento dos programas de pós-graduação da área pública à temática de Relações Raciais, através da promoção e incentivo de disciplinas, pesquisas e eventos relacionados ao assunto que podem elevar o debate do tema, dando destaque à história e cultura negra, bem como às desigualdades raciais e suas formas de enfrentamento, visando contribuir para que, progressivamente, práticas antirracistas sejam absorvidas no cotidiano social das organizações públicas, formando gestores e administradores públicos mais conscientes da causa.

Saliente-se que tais medidas por si só não são capazes de resolver toda a demanda em torno do combate ao racismo ou mesmo o reconhecimento e legitimação da história e cultura negra, tampouco curar as mazelas consolidadas por séculos de desigualdades e marginalizações da população negra. Porém, trata-se de iniciativa viável, já que os Programas



de pós-graduação da área pública, especialmente, aqueles de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, ao contribuírem para a ampliação da discussão da temática em torno do racismo por meio da produção científica, aulas, dentre outros, estarão cumprindo sua finalidade precípua de enfrentamento dos problemas sociais, e consequentemente inserindo essas ideias no seio das organizações onde os profissionais da área atuam, contribuindo para que as raízes do racismo institucional sejam abaladas até que possam ser, definitivamente, arrancadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): **Letramento**, 2018.

BRASIL. Lei N. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2003. Recuperado de: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em 10 Mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Parecer nº 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 10 Mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 1/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 10 Mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 1 de 2014. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública**. Diário Oficial da União. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192> Acesso em 01 Jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 7 de 2017. **Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu**. Diário Oficial da União. Brasília, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78281-



rces007-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em 15 Jul. 2020.

CARVALHO, M. P. Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA: ações afirmativas para a democratização do saber. **Kwanissa**, São Luís, n. 1, p. 5- 23, jan./jun. 2018.

CONCEIÇÃO, E. B. A Negação da Raça nos Estudos Organizacionais. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2009.

CONCEIÇÃO, M. S. **Um estudo sobre o estado do conhecimento no tocante à implementação da lei n. 10.639/2003 na educação básica (2009-2016)**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018).

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300008&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>. Acesso em 10 Mai 2020.

FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: **Difusão Européia**, 1972.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informação Demográfica e Socioeconômica n.41**, 2019. Disponível em<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em 09 Jun 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 2013 e 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 12 Jun 2020.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 14, n. 41, p. 141-158, Oct. 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Mai 2020.

PAIVA, A. R. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Rev. Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, e127-e154, out.-dez. 2015. Disponível em: <<dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.4.23251>> Acesso em 18 Mai 2020.

ROSA, Alexandre Reis. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 240-260, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rac/v18n3/v18n3a02.pdf>>. Acesso em 15 Mai 2020.

SILVA, Tatiana D. Administração pública e relações raciais: uma análise da produção científica entre 2011 e 2016. **Anais... Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo**, v. 20, 2016.

THEODORO, M. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. 1. ed. Brasília: **IPEA**, 2008 – cap. 7.